



Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA INSTALAÇÃO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 1984

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Dirceu Manfrinato.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58); presentes ainda, inúmeras autoridades civis, militares e eclesásticas.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta e instalada a Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na presente sessão, conforme dispõe o Art. 15 da Constituição Estadual, combinado com o contido no Parágrafo Único do Art. 12 do Regimento Interno, deste Poder Legislativo, reuniu-se esta Casa para tomar conhecimento da Mensagem Governamental sobre a situação do Estado, bem como das solicitações que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado julgar necessárias.

Para receber o Sr. José Richa, DD. Governador do Estado, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Sabino Campos e Gilberto Carvalho.

Suspendo a sessão por alguns instantes até a chegada de Sua Excelência.

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. João Elízio Ferraz de Campos, Vice-Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, representante de Sua Excelência o Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Capitão de Mar e Guerra Carlos Alberto Marques de Oliveira, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, representante de Sua Excelência o Sr. Vice-Almirante Henrique Octávio Aché Pillar, Comandante do 5º Distrito Naval.

Excelentíssimo Sr. Tenente-Coronel Luiz Gomes Ferreira

Mollinari, Prefeito da Aeronáutica, representante de Sua Excelência o Sr. Coronel Aviador José Flávio Celestino, Comandante do Núcleo do 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Excelentíssimo Sr. Enéas Faria, Senador da República.

Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Excelentíssimo Sr. Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Gernote Kirinus, 1º

Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. José Richa, Digníssimo Governador do Estado, para que Sua Excelência faça a leitura da Mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as providências que julgar necessárias.

O SR. GOVERNADOR — Digníssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Trajano Bastos; Excelentíssimas autoridades aqui presentes já nominadas; Srs. Deputados; demais convidados. (Lê):

MENSAGEM

“A legislação de uma Província não é trabalho de uma só Assembléia, nem de uma só Administração: é um edifício do futuro para o qual cada Assembléia e cada Administração conduz alguma pedra”.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Com estas palavras, o primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacharias de Góes e Vasconcellos, encerrava a sessão solene de instalação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Era o dia 15 de julho de 1854.

Centro e trinta anos se passaram, mas suas palavras permanecem impregnadas da grande atualidade, soando mesmo como verdadeira advertência àqueles que, como nós, dedicam sua vida à causa pública.

Tenho grande honra e satisfação de comparecer a esta Casa de Leis, para cumprir o preceito constitucional que determina ao Chefe do Executivo, na abertura dos trabalhos legislativos, dar contas da situação geral dos negócios do Estado.

Faço-o porém, não apenas por razões formais e protocolares, mas principalmente pelo apreço e respeito pessoal que dedico ao Poder Legislativo.

Homem público com longa vivência na área parlamentar, aprendi a avaliar e a reconhecer a importância da missão que lhe está confiada.

Após tantos e sofridos reveses é gratificante para todos nós ver o Legislativo resgatar o espaço político que sempre lhe pertenceu, legítima e soberanamente, e tornar a exercer em sua plenitude, as três funções clássicas inerentes a qualquer sistema verdadeiramente democrático: a função legislativa,

à função representativa e agora a função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo.

Aqui nesta Casa é que a Democracia, em sua única e verdadeira acepção — de governo do povo pelo povo e para o povo — encontra plena e integral expressão.

Aqui estão representados todos os setores da vida estadual, as diferentes correntes de opinião, os distintos matizes da vontade popular.

Aqui convivem, a um só tempo, maiorias e minorias: aquelas, dando o seu importante e decisivo respaldo ao Governo, e estas, expressando o seu direito de divergir e de oferecer ao Governo a sua crítica construtiva. Todos, porém, empenhados e voltados para um único objetivo: o progresso e o bem-estar do nosso Estado.

Dirigindo-me a Vossas Excelências, estou certo de me dirigir ao povo paranaense, por cuja vontade ocupamos hoje a mais alta magistratura do Estado.

A este povo queremos dar satisfação dos nossos atos como governantes. A este povo queremos dedicar a Mensagem que agora venho lhes trazer.

Procurarei destacar, de maneira sumária, os fatos mais relevantes da ação governamental no exercício de 1983, mesmo porque, como de hábito, nos demais capítulos da Mensagem se encontram, em detalhes, todas as informações relativas à situação geral do Estado, nos diversos setores da atividade pública.

Permitam-me, contudo, tecer preliminarmente algumas considerações sobre a conjuntura política e econômica sob a qual vimos vivendo e desenvolvendo nossas atividades.

O ano de mil novecentos e oitenta e três representou importante marco na vida política brasileira, pois ensejou a posse, depois de quase duas décadas, de governantes eleitos pela expressa vontade popular, através da livre manifestação das urnas.

Era a concretização de uma importante etapa do processo de legitimação das fontes do Poder, como fruto da evolução social e do amadurecimento político da sociedade brasileira.

Iniciava-se então uma nova e decisiva fase no processo de evolução político-institucional do País, cuja cristalização só se dará com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, capaz de restaurar a autoridade de nossa Carta Magna, e com o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis de governo.

No Paraná, este processo de legitimação do poder expressou-se cabal e plenamente, na ampla consulta à população sobre as Diretrizes e Plano de Ação norteadores da ação do Governo no Quadriênio 1983-1986.

Inaugurado sob o mandamento da austeridade e da honra, afinado com as mais justas causas populares e comprometido com a rigorosa emergência dos nossos dias, o Governo Estadual procurou, neste curto período de tempo, acionar todos os meios e recursos a seu alcance para viabilizar os postulados básicos a que está permanentemente consagrado: a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Essas linhas mestras do Plano de Ação foram plenamente convalidadas pelos paranaenses de todos os quadrantes, mediante ampla discussão envolvendo as mais expressivas lideranças políticas e comunitárias representativas do conjunto da população.

Opinando, criticando, contribuindo, a população paranaense não só endossou nosso Plano de Governo, como dele se tornou co-responsável, participando ativamente de sua implementação.

O processo de debate do Plano de Ação contou com a importante e decisiva participação do Poder Legislativo, que,

com o elevado espírito público dos seus membros, e o peso específico de sua avaliação crítica soube analisar, debater e afinal aprovar tão importante documento.

Somos também por isso sumamente gratos a Vossas Excelências.

Tão importante quanto a conjuntura política é a conjuntura econômica em que estamos inseridos.

Disse em meu discurso de posse e reafirmo agora que “vivemos um momento particularmente difícil de nossa história, no qual os sentimentos de todos se mesclam entre a esperança no futuro e a desesperança diante da realidade com que nos defrontamos no dia-a-dia”.

Em 1983, ingressamos no terceiro ano consecutivo de uma recessão econômica que estiola a atividade produtiva e o esforço criador dos brasileiros. O desemprego, longe de ceder, aprofundou-se e cresce persistentemente, levando intranquilidade e desespero às famílias.

O fenômeno da miséria absoluta alarga-se brutalmente, numa verdadeira afronta à nossa consciência moral e cristã.

A inflação atinge níveis insuportáveis, enquanto continua a deteriorar-se o poder aquisitivo, dos salários, cada vez mais aviltados.

O modelo econômico — concentrador de renda e marginalizador de amplas camadas da população — de há muito se esgotou, exaurido por seus próprios erros e contradições.

Reproduzindo as mesmas distorções do modelo brasileiro de desenvolvimento, a economia paranaense perdeu vitalidade e impulsos nos anos recentes, assistindo à redução dos investimentos no setor industrial e à crise financeira atingir largos segmentos da pequena e da média empresa, tendência que se manteve ao longo do ano de 1983.

Profundamente integrado à economia nacional e submetido, por isso mesmo, aos efeitos perversos do quadro de dificuldades, o Paraná viu deprimir-se a atividade produtiva em 1983, crescer o desemprego e aumentarem drasticamente as mazelas sociais decorrentes do contexto de crise.

Evitar e impedir consequências dessa natureza é tarefa em que o Governo do Estado está permanentemente empenhado, mobilizando, para tanto, não apenas os meios e recursos materiais de que dispõe, mas sobretudo auscultando, ouvindo e dialogando com o povo, mandante único e árbitro supremo dos nossos atos.

Reconhecíamos, ao assumir o Governo, as limitações do Estado em matéria de recursos e de competência específica para orientar políticos no campo econômico. Residiram aí, indubitavelmente, as principais dificuldades deste Governo.

A par disso, fomos duramente atingidos por prolongadas enchentes no Sul e Sudoeste do Estado e chuvas intensas em todo o território, o que obrigou o Governo a concentrar seus esforços e boa parte dos recursos de sua máquina administrativa no que se convencionou chamar de “Operação Reconstrução”.

A calamidade, conquanto dura, serviu para unir ainda mais os paranaenses, que deram ao Brasil, mais uma vez, o testemunho do que pode um povo corajoso e determinado.

A despeito dessas e de outras dificuldades, pudemos realizar um período administrativo marcado por iniciativas adotadas em benefício das maiorias desassistidas, privilegiando sobretudo os pequenos.

Os resultados já obtidos neste curto prazo são um alentador prenúncio do muito que poderá ser realizado no período de 1984 a 1986.

Promovemos rígido programa de controle das despesas administrativas, que resultou na estabilização orçamentária e na redução das despesas de custeio, na redução dos desperdícios e dos gastos supérfluos. Enfim, uma postura de austeridade compatível com nossa pregação de campanha, capaz de resgatar o conceito, já desacreditado, de eficiência e

produtividade do aparelho administrativo do Estado.

Acredito ser ociosa a enumeração dos exemplos de contenção dos gastos no exercício. Basta dizer apenas que, em relação a 1982, e considerada a inflação do período, fizemos uma economia global na manutenção da máquina administrativa do Estado, da ordem de 40% em média, sem prejuízo da qualidade dos serviços ofertados à população.

No setor de finanças públicas, área nevrálgica da atuação governamental, podemos ressaltar como fatos marcantes o êxito obtido na execução orçamentária e o bom desempenho da arrecadação, malgrado a conjuntura recessiva.

A execução orçamentária da Receita no exercício financeiro de 1983, apresentou valores bastante superiores àqueles previstos na Lei de Meios, alcançando o montante de Cr\$ 427,2 bilhões, o que representa um excesso de 30,9% sobre o valor originalmente previsto e um crescimento de 150,6% em relação à receita executada em 1982.

O Imposto de Circulação de Mercadorias continuou sendo a principal fonte de recursos, com uma arrecadação de Cr\$ 280,3 bilhões, significando uma participação de 65,6% da receita global realizada.

O desempenho do Estado do Paraná na arrecadação tributária — particularmente do ICM — pode ser considerado excepcional, se comparado ao de outras Unidades da Federação, sendo o Estado que menos perdeu arrecadação em termos reais nas regiões Sul e Sudoeste do País.

A Despesa realizada no exercício totalizou Cr\$ 424,5 bilhões, significando um acréscimo de 30,1% em relação ao orçamento inicial e de 139,9% sobre a despesa executada em 1982. O item de despesa que apresentou maior crescimento foi o da amortização da dívida pública contratada, ficando 223,6% acima das despesas realizadas no exercício anterior. Os encargos financeiros da dívida cresceram 195%, em comparação com 1982, com dispêndios de Cr\$ 26,0 bilhões no exercício.

Como se observa, o Estado do Paraná logrou obter em 1983 a reversão da tendência do déficit orçamentário verificada ao assumirmos o Governo, chegando já ao final do exercício com um superávit de Cr\$ 2,7 bilhões.

Eram imprescindíveis, para o bom exercício da atividade governamental, não apenas o domínio e a adequação da máquina administrativa à nova filosofia de governo, como também o controle da situação financeira do Estado.

Isso foi possível graças à implantação de uma política financeira realista e conseqüente e de uma política fisco-arrecadadora serena e enérgica voltada ao restabelecimento dos mais elementares princípios de justiça e equidade fiscal no Estado.

A gerência da dívida pública, por sua vez, mereceu atenção especial do Governo, que praticou nessa área uma política de endividamento prudente e responsável, coerente com a realidade econômica e financeira do Estado. Foram firmados, pela nossa Administração, à conta do Tesouro Geral do Estado, contratos da ordem de Cr\$ 46,1 bilhões destinados a prover recursos para execução de programas governamentais. Desse total, foram recebidos, em 1983, Cr\$ 16,8 bilhões que, somados ao ingresso de Cr\$ 27,9 bilhões de contratos celebrados em administrações anteriores, compuseram o total da receita de caixa oriunda de operações de crédito. Por outro lado, só o montante despendido com o pagamento do serviço da dívida da Administração Direta, da ordem de Cr\$ 41,9 bilhões, representou 93,6% dos recursos ingressados a título de empréstimos.

O saldo devedor da dívida global da Administração Centralizada, em 31 de dezembro de 1983, era, a preços correntes, de Cr\$ 459,2 bilhões, tendo evoluído 334% em termos nominais e 12% em termos reais, relativamente ao saldo existente em 31 de dezembro de 1982. Este acréscimo

nominal é devido basicamente à correção cambial dos empréstimos externos e à correção monetária no período de dezembro de 1982 a dezembro de 1983.

Com o domínio da máquina administrativa e o controle da situação financeira, alcançados dentro de uma transição relativamente rápida e tranqüila, pode então o Governo honrar alguns compromissos assumidos com a população paranaense, além de assegurar recursos de monta para a recuperação financeira de empresas estaduais em situação difícil.

Dentre essas realizações, destaco o atendimento, como medida de inteira justiça, de importantes reivindicações do funcionalismo estadual, como a concessão do 13º salário a 92.000 servidores estatutários ativos e inativos do Estado e de reajustes semestrais aos funcionários estatutários, prática que já era adotada em relação aos celetistas.

Os empreiteiros de obras públicas e os fornecedores do Estado tiveram seus pagamentos colocados rigorosamente em dia, numa medida que se prestou sobretudo a restaurar a confiança desses setores na ação do Governo.

Os municípios, além do auxílio financeiro recebido para atendimento às suas despesas, num total de Cr\$ 6,6 bilhões, foram beneficiados ainda com 1,6 bilhão de cruzeiros, fruto da decisão do Governo ao assumir 50% dos gastos com pessoal e encargos dos professores municipais colocados à disposição da rede estadual de ensino. Já para este exercício, o Governo do Estado irá assumir o custeio integral desses gastos.

A execução orçamentária e financeira do Tesouro do Estado foi realizada de modo a que o custeio dos serviços públicos não viesse a prejudicar o desenvolvimento normal dos programas prioritários definidos no Plano de Ação e tampouco a paralisar obras iniciadas no Governo anterior.

No setor de transportes, por exemplo, contrariando uma tendência histórica, nenhuma obra foi paralisada. Foram pavimentados 282 quilômetros e revestidos primariamente quase 300 quilômetros de pavimentação asfáltica e 259 quilômetros de revestimento primário.

As estradas vicinais, de fundamental importância para o escoamento das safras agrícolas, foram objeto de acurada atenção do Governo, que promoveu o revestimento primário de cerca de 300 quilômetros dessas estradas, além da pavimentação de mais 25 quilômetros.

A fim de garantir a estabilidade da rede viária estadual, o Estado deu início à execução de um ambicioso programa de construção de pontes, tendo concluído em 1983 mais de mil metros de obras de arte especiais. Até julho deste ano, teremos construído 5.421 metros lineares de pontes, o que significa mais de 50% da meta estabelecida para o quadriênio, em apenas um ano e três meses de gestão.

Por outro lado, a responsabilidade pela preservação da rede rodoviária exigiu do Governo investimentos de monta na manutenção de 11.731 quilômetros de estradas, tanto estaduais como federais delegadas.

Cumprir, ademais, os investimentos realizados no Porto de Paranaguá, visando a manutenção do cais de acesso e dos serviços para instalação do terceiro carregador de navios (ship loader), num total de Cr\$ 4,4 bilhões. Este é o reconhecimento do Governo do Estado ao papel e à importância desse terminal marítimo no Programa dos Corredores de Exportação que, em 1983, realizou um movimento de mercadorias da ordem de 10,9 milhões de toneladas, participando com 10,7% da receita cambial do País.

Ainda dentro dessa ordem de investimentos em programas e projetos prioritários, merece registro o desempenho alcançado na área habitacional, que logrou construir, através da COHAPAR, 5.319 novas casas populares, representando uma média de 15 casas por dia entregues aos paranaenses. Acham-se

em construção mais 1.140 unidades, que estão empregando mais de 2 mil operários. Este é um programa de ampla significação social, já que, de um lado, propicia geração de novas oportunidades de emprego, e, de outro, atende a uma necessidade básica da população, que é a aquisição da casa própria.

O programa de eletrificação rural, cuja meta é levar energia elétrica a mais 100 mil propriedades agrícolas no Estado, até 1987, teve um início alentador, com a concretização de 16 mil novas ligações. A meta prevista significará mais do que tudo que já foi realizado neste setor em toda a história do Paraná. Tudo com o propósito de melhorar as condições de vida do homem do campo, fixando-o ao seu meio, economizando combustível e criando condições para a descentralização do desenvolvimento industrial do Paraná.

Não descurou também o Governo, através da COPEL, da produção de energia elétrica, que experimentou um aumento de 25% no período, além da ampliação do sistema de transmissão estadual, representada pela implantação de mais 80 quilômetros de linhas de transmissão e pela construção de 13 novas subestações transformadoras.

No setor da educação, o esforço desenvolvido apenas em nossa gestão possibilitou a construção de 581 salas de aula, o que representa mais de 2 salas por dia. Neste setor, em que o ensino fundamental mereceu absoluta prioridade, não se limitou o Executivo a edificar prédios escolares, mas principalmente a promover a melhoria da qualidade do ensino, sabidamente deficiente, e a iniciar um processo de democratização da estrutura educacional no Estado, retirando dela a influência político-partidária. Nesse sentido, registramos importante avanço em 1983, com a realização de eleições de diretores em todas as escolas públicas estaduais, numa iniciativa inédita que mobilizou mais de um milhão de pessoas, entre professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

O Programa de Alimentação Escolar teve prosseguimento, sendo atendidas 13.200 escolas, que representam uma população de um milhão de alunos assistidos diariamente.

As demais áreas do setor social mereceram igualmente a atenção específica do Governo.

O saneamento básico, por exemplo, recebeu grande impulso, com a conclusão de 45 novos sistemas de abastecimento de água e a ampliação de 22 sistemas já existentes. Assim, mais 362 mil paranaenses passaram a dispor de água tratada. A SANEPAR, através de mais 60 mil novas ligações domiciliares, já atendia no final de 1983 a cerca de três milhões e novecentos mil habitantes urbanos, ou seja, 84% da população urbana total do Estado.

Nossa meta para este período administrativo é fornecer água a 95% da população urbana em todos os municípios paranaenses.

Na área de esgotos sanitários, registrou-se expressiva evolução no número de habitantes atendidos, que passou de 977 mil para 1 milhão 120 mil, representando 39% da população urbana das localidades servidas pela SANEPAR. Foram concluídas no exercício 29 obras de esgotos sanitários, destacando-se as realizadas em Guaíra, Umuarama, Santa Helena e Curitiba, esta tendo a sua rede de esgotos acrescida de 130 quilômetros. Em fase de execução estão as obras de Ponta Grossa e Londrina, com investimentos previstos de Cr\$ 38 bilhões.

Dando ênfase especial à atenção primária à saúde, o Governo começa a responder às exigências e necessidades mais prementes do Estado neste setor, na busca da generalização de padrões condignos de vida aos paranaenses de todos os rincões.

Diversas ações foram empreendidas, merecendo destaque a construção de 8 Postos e de 2 Centros de Saúde, a conclusão de 25 Centros Sociais Rurais e a reforma dos Laboratórios Químico-

-Farmacêutico e de Pesquisas Biológicas.

Foram distribuídas quase 5 mil toneladas de alimentos a cerca de 170 mil pessoas, através do Programa de Suplementação Alimentar a Gestantes, Nutrizes e Crianças, e implementadas hortas em 3.836 escolas e em cinco Centros Sociais Rurais.

A assistência médico-ambulatorial e hospitalar promoveu mais de 1 milhão e 200 mil consultas médicas e mais de 800 mil atendimentos de enfermagem, com prioridade ao atendimento de mulheres e crianças.

Na área de controle de doenças, foi expressiva a atuação do Paraná na vacinação de rotina contra moléstias infecto contagiosas, com índices de cobertura entre os melhores do País. Deu-se, nessa área, atenção prioritária ao diagnóstico e tratamento da tuberculose e da hanseníase, cujos serviços foram implantados em mais 104 municípios.

A assistência social, confiada ao Instituto de Assistência ao Menor e à Fundação de Promoção Social do Paraná, foi substancialmente dinamizada, com a implantação e ampliação de programas de apoio e proteção ao menor e ao adulto carente, tanto através de convênios com entidades sociais e comunitárias como dos Centros de Triagem e Atendimento Social.

A crescente escalada de atentados à vida e à propriedade constitui preocupação permanente da população e do Governo. Por isso, o setor de segurança pública, indispensável para o bem-estar e a tranquilidade de todos, mereceu do Governo singular atenção.

Conhecemos todos a precariedade dos recursos materiais com que contam os órgãos de segurança do Estado, bem como a carência de recursos humanos nessa área.

Dentro deste contexto, procuramos não somente reequipar as instalações dos organismos policiais, dotando-os de recursos compatíveis com a importância de sua missão, mas também — e principalmente — buscar melhor integração entre a Polícia e a comunidade, através do incentivo à criação dos Conselhos Municipais de Segurança.

A humanização e o aperfeiçoamento dos quadros policiais foram objetivos permanentes da Secretaria da Segurança Pública, com vistas a propiciar melhor atendimento à comunidade. Intensificou-se o policiamento ostensivo-preventivo e deu-se novo impulso ao policiamento modular. Para este ano, o Governo Estadual já autorizou a abertura de concurso visando à admissão de mais 800 servidores na Polícia Civil e mais 2.000 na Polícia Militar. Na área do trânsito, duas medidas devem merecer registro, quer pelo seu alcance social, quer pela sua eficácia administrativa. Falo do desarmamento dos guardas de trânsito e da transformação do Departamento Estadual de Trânsito em autarquia.

Estamos, é certo, longe da situação ideal nessa área de segurança pública, mas tudo faremos, se não para eliminar, ao menos para atenuar os problemas e distorções hoje existentes.

Uma justiça mais humana e eficiente é objetivo a que o Governo está permanentemente consagrado.

Neste setor, deu-se prioridade a três projetos específicos, quais sejam, a humanização do Sistema Penitenciário Estadual, a ampliação da defensoria pública, inclusive para os sem-terra, a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a ser instalado neste ano.

As cinco unidades penais do Estado sofreram reformas e reparos em suas instalações, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos internos. Apresentando invariavelmente problemas de excesso de população carcerária, o Sistema Penitenciário está a exigir a construção de novas unidades penais, o que a Administração Estadual promovesse estudos com vistas à construção das penitenciárias de Londrina e Cascavel.

A assistência judiciária aos necessitados foi ampliada em 1983, atendendo a cerca de 117 mil pessoas, representando um aumento de 73 % em relação ao exercício de 1982. Uma forma

de democratizar o poder e de permitir o acesso à Justiça àqueles que não possuem condições para tal.

A experiência levada a efeito através da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral da Justiça, por suas promotorias públicas, deverá ter continuidade neste exercício, em face dos bons resultados obtidos até o presente.

Prioridade maior do Governo, a área social foi a que apresentou o maior crescimento de gastos em relação ao valor inicialmente previsto no Orçamento, tendo sido também a que demandou o maior volume de suplementações orçamentárias.

No campo econômico, as ações do Governo estão orientadas para a retomada do crescimento da economia, para a desconcentração da renda estadual, para a ampliação dos níveis de emprego e para a redinamização das forças produtivas internas, com ênfase a alguns segmentos cronicamente desfavorecidos, como os pequenos, médios e microempresários, tanto rurais como urbanos. Neste desiderato estão empenhados todos os órgãos do Governo, mas de modo particular as instituições de fomento econômico do Estado.

Inteiramente redirecionados em sua filosofia de ação o BADEP e o BRDE deram apreciável contribuição ao desenvolvimentc sócio-econômico do Paraná no exercício de 1983.

Ambas as instituições contrataram financiamentos da ordem de Cr\$ 154 bilhões, que resultarão na criação de 8.784 novos empregos diretos e num substancial acréscimo de arrecadação de ICM. Essas aplicações foram destinadas preferencialmente ao setor privado da economia, beneficiando sobretudo as pequenas e médias empresas paranaenses, com um índice de interiorização próxima a 70 %.

Através dos programas e linhas de crédito disponíveis, foram atendidas com financiamento e assistência geracional 761 microempresas dos mais diversos setores de atividade, cabendo ao BADEP cerca de 80% desse resultado.

Ao final do exercício, o BADEP não só logrou obter sua recuperação e fortalecimento financeiro, como principalmente reencontrar suas verdadeiras funções e firmar sua identidade como importante instrumento para a execução da política de fomento do Governo do Estado.

O BRDE, por sua vez, consolidou sua posição de líder nas contratações de financiamento ao setor primário, especialmente no apoio ao sistema cooperativista estadual, contemplado com 97,3% dos recursos dirigidos à agricultura e 42,7 % ao setor industrial.

O ciclo de apoio às atividades produtivas paranaenses se completa com a ação desenvolvida pelas empresas que formam o Conglomerado BANESTADO. Este complexo bancário pautou sua atuação em 1983 por critérios de absoluta austeridade administrativa e financeira, de modo a alcançar os objetivos do Programa de Recuperação Financeira estabelecido pelo Banco Central do Brasil aos bancos oficiais estaduais.

A racionalização no uso e aplicação dos recursos permitiu ao BANESTADO redirecionar sua ação no sentido do apoio e incentivo às iniciativas empresariais locais, particularmente àquelas vinculadas aos setores prioritários Agricultura e Indústria.

Os repases à agricultura atingiram Cr\$ 44,7 bilhões, sendo 74 % desses recursos destinados a mini, pequenos e médios produtores rurais. À indústria foram alocados Cr\$ 37,7 bilhões. Os depósitos, num volume de Cr\$ 119,7 bilhões, tiveram um crescimento da ordem de 134 % em relação ao ano de 1982, e o saldo de empréstimos, no montante de Cr\$ 403,2 bilhões, aumentou em 168 %, a despeito da extinção de 12 gerências regionais e das dificuldades inerentes à conjuntura recessiva.

O BANESTADO elevou seu capital de Cr\$ 19,9 bilhões para Cr\$ 39,9 bilhões, tendo o Estado do Paraná subscrito,

para integralização no presente exercício, a importância de Cr\$ 12,6 bilhões. Esta elevação propicia ao BANESTADO melhores condições de suporte financeiro frente às vicissitudes do mercado.

Senhores Deputados:

Na Agricultura, o redirecionamento da atuação dos diversos órgãos vinculados à Pasta competente (ACARPA, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, COPASA e CEASA) foi medida que se impôs no sentido de dar um apoio prioritário aos pequenos e médios produtores rurais. Neste particular, deu-se toda a ênfase à geração de tecnologias mais adequadas e à busca de novas formas de organização do produtor.

A Secretaria da Agricultura concentrou sua atenção basicamente em três áreas: abastecimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente

Em termos de abastecimento alimentar urbano, foi estimulante a experiência desenvolvida pela CEASA do Paraná, através do Programa Estadual de Abastecimento de Hortigranjeiros (PROHORTI), em cujo âmbito foram implantados equipamentos do tipo Sacolão e Varejão, visando baixar os preços dos produtos para os consumidores finais —notadamente os de baixa renda— e estimular a produção de hortigranjeiros no Estado.

Inicialmente desenvolvida em Curitiba e já estendida a Londrina, a experiência deverá ser levada neste ano ao Interior, com a implantação de sacolões e varejões em diversas cidades do Paraná.

A política fundiária do Governo foi executada pelo Instituto de Terras e Cartografia, que emprestou à questão a seriedade e zelo com que merece ser tratada. Neste trabalho — de suma importância para o desenvolvimento da agricultura paranaense — estão envolvidos diversos organismos estaduais e federais, bem como movimentos organizados de agricultores, estes pela primeira vez chamados a contribuir e a opinar sobre o problema fundiário.

Este processo de regularização fundiária registrou já em 1983 um apreciável avanço, representado pelo início do reassentamento de 100 famílias de agricultores numa área de 1.500 hectares na região de Castro, adquirida pelo ITC com recursos do Tesouro do Estado.

Outro aspecto importante da política governamental na área agrícola diz respeito à preservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, a Secretária da Agricultura lançou em 1983 o Programa de Manejo Integrado do Solo, cujo objetivo é introduzir práticas conservacionistas em cerca de 5 milhões de hectares, abrangendo 350 mil propriedades rurais até 1986. Para tanto, o Governo do Estado consignou no Orçamento deste exercício uma verba específica de Cr\$ 3,6 bilhões.

Um dos pontos altos do Programa é a conservação do solo em microbacias, através das quais o esforço comunitário alcança excelentes resultados no combate à erosão e à contaminação do meio ambiente. No final de 1983, 71 microbacias já haviam sido tecnicamente manejadas, compreendendo uma área de quase 39 mil hectares. Achavam-se em andamento mais 139 microbacias, em área superior a 230 mil hectares.

Cumprе ressaltar que este programa de manejo integrado do solo se insere, como tantos outros, no Programa Estadual do Meio Ambiente, ora em discussão, e cujo objetivo é disciplinar, através de uma ação intersecretarial harmônica e integrada, a delicada questão da preservação ambiental.

Na área da Indústria e do Comércio, podemos registrar alguns marcos importantes da atuação governamental duran-

te o ano de 1983.

O Programa Paranaense de Microdestilarias, implanta a partir da unidade-protótipo desenvolvida na Fundação Universidade Estadual de Maringá, está em plena execução, devendo ser instaladas, até o final do corrente ano, cem microdestilarias de álcool no Estado. Isto significa geração de energia alternativa e de empregos, a custos reduzidos e com tecnologia inteiramente nacional.

O apoio às indústrias caseiras, de fundo de quintal, foi materializado através do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense.

No âmbito da MINEROPAR, 4 programas merecem destaque: o Programa de Identificação Gratuita de Minerais, o Programa de Desenvolvimento da Província Mineral do Vale da Ribeira, o Programa de Utilização de Matérias-Primas locais e o Programa de Pesquisa e Prospecção Aluvionar.

Na área tecnológica, foi expressiva a atuação do Instituto de Tecnologia do Paraná, que a cada ano consolida sua posição de centro de excelência tecnológica de nível nacional. Tradicional produtor de vacina anti-rábica, o TECPAR deu extraordinária contribuição ao Programa Nacional de Profilaxia da Raiva, produzindo quase 10 milhões de vacinas, que foram distribuídas para todo o País. Merecem ainda registro a produção de vacina para proteção do rebanho bovino contra o morcego hematófago e o início da fabricação de anestésico odontológico, este último com 2 milhões de frascos já produzidos.

Senhores Deputados:

Deste relatório, pode-se depreender que a ação governamental esteve intimamente associada à necessidade de gerir os recursos públicos segundo critérios de máximo rendimento social, buscando-se sempre o melhor emprego dos escassos recursos disponíveis.

Esta consciência é que ensejou a implantação, no Paraná, do que se pode chamar de "uma nova tecnologia de ação governamental" — traço distinto desta Administração — e que está calcada no princípio de que é preciso inovar nas formas pelas quais o Estado enfrenta os problemas e os resolve, de que é necessário criar e desenvolver formas de intervenção mais apropriadas à nossa realidade.

A experiência dos chamados projetos alternativos é a materialização desse novo estilo administrativo e dessa nova filosofia de ação.

A Secretaria da Administração desenvolveu um projeto de grande alcance social na área de habitação. Trata-se do programa de construção, pelo sistema de mutirão, de moradias de baixo custo, com adoção da tecnologia do solocimento. Em Ponta Grossa, através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal e a Universidade local, está sendo construído um conjunto habitacional com estas características, num total de 100 unidades residenciais, a um custo unitário três vezes inferior ao de uma casa semelhante construída dentro dos padrões do Sistema Financeiro da Habitação. Nossa intenção é levar esta experiência a outras regiões do Estado, particularmente às mais carentes.

Na área de Saneamento, desenvolvemos um programa novo — o chamado micropoço — que objetiva levar água potável a núcleos populacionais de até 1.000 habitantes, através de um verdadeiro mutirão entre o Governo do Estado, as Prefeituras e a comunidade. Com este programa, o Governo do Estado assegura o abastecimento de água no atacado, cabendo ao Município e à comunidade organizada a administração e manutenção do sistema.

No setor energético, a COPEL praticamente rompeu uma tradição de sofisticação em seus padrões tecnológicos, mediante a introdução de novas e mais econômicas técnicas de distribuição de energia, especialmente no meio rural.

A simplificação dos padrões técnicos da COPEL, além

de não comprometer a qualidade e a confiabilidade do suprimento energético, resultou numa redução de custos da ordem de até 42%.

Na área dos transportes, a experiência de pavimentação urbana com pedras irregulares revelou-se muito bem sucedida, provando que as soluções simples, além de serem mais econômicas e funcionais, têm um efeito social muito mais sensível que as soluções ortodoxas.

Nenhum programa de governo, nenhum projeto específico, porém, teria êxito sem a participação da comunidade. E esta nós temos buscado incessantemente, porque entendemos que o desenvolvimento não pode ser imposto de cima para

baixo, como fazem prepotentemente os regimes autoritários. Ao contrário, deve fluir com a participação e por iniciativa da comunidade, assim como é com essa iniciativa e essa participação, e só com elas, que se torna possível a prática democrática.

Em outras palavras, democratização do poder e participação comunitária — formas novas de expressar o velho adágio, segundo o qual "o homem pode duvidar do que ouve, pode duvidar até do que vê, mas é impossível que duvide do que ele próprio faz".

Inúmeras medidas adotadas demonstram a coerência com que temos perseguido a realização desses princípios. Dentre elas, permito-me citar a criação da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, que promove e articula a aproximação do Governo com os setores organizados da sociedade, a instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, a ampliação e a renovação do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná, a abertura do Conselho Estadual de Educação aos representantes da comunidade, o apoio à realização do I Congresso dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, além de diversas ações voltadas à popularização da arte e da cultura.

Este espírito comunitário está presente em todos os níveis da Administração, permeando as ações de todas as entidades que compõem o Governo.

Temos, Senhores Deputados, por tudo isso, ponderáveis razões para acreditar num período administrativo pródigo em realizações e conquistas para o povo do nosso Estado.

Além do conhecimento e domínio da máquina administrativa, estamos, neste segundo ano de gestão, trabalhando com um Orçamento que reflete com exatidão as prioridades do Governo e da sociedade e temos equacionados os recursos para a realização dos programas em andamento.

Exemplo disso é o Programa de Ação Municipal (PrAM), sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, que prevê a aplicação, no período 84/86, de 150 milhões de dólares em duzentas e oitenta e sete municípios paranaenses.

Contando com 35% de recursos oriundos de empréstimos junto ao BIRD e 65% de recursos próprios do Estado, o PrAM representará praticamente a única fonte para investimentos com que contarão os municípios, os quais se encontram em verdadeira situação de penúria diante do sufocante centralismo tributário exercido pelo Governo da União.

Senhores Deputados. Deixo de focalizar muitos outros aspectos da ação do Governo, para não abusar demasiadamente da sua atenção, e mesmo porque é praticamente impossível resumir nesta Introdução à Mensagem todo o trabalho desenvolvido ao longo de um exercício.

Antes de concluir, desejo ressaltar, com grande contentamento, o clima de harmonioso entendimento entre os três Poderes, bem como o profundo entrosamento do Governo com os municípios, o que facilitou sobremaneira a ação administrativa durante o exercício de 1983.

Vi, com grata satisfação, confirmarem-se as palavras proferidas em meu discurso de posse no Governo, quando afirmei que “as relações entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário ademais do mandamento constitucional de harmônica integração entre os Poderes deverão ocorrer de forma fecunda em benefício da população, preservando-se íntegras suas instâncias e funções...”

Dentro de um clima de mútuo respeito e estreita colaboração, puderam os três Poderes realizar muito em favor do nosso Estado e dos paranaenses. No âmbito do Judiciário, por exemplo, a instalação dos Juízes de Pequenas Causas mereceu todo o apoio do Poder Executivo.

Estou certo de que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário farão ainda muito mais pelo Paraná, mormente após a conquista de sua independência financeira, representada pelo estabelecimento, a partir deste ano, de um percentual certo do Orçamento Geral do Estado para cada um deles, a fim de que possam, com liberdade e autonomia, executar seus planos e programas.

Aos municípios, dispensamos especial atenção, porque somos daqueles que entendem que um Estado só será forte se fortes forem os seus Municípios.

Neste particular, envaideço-me de poder afirmar que, na direção do Executivo, tenho procurado administrar com a máxima isenção de ânimo e com o espírito inteiramente desarmado, recomendando e exigindo idêntico procedimento dos meus auxiliares diretos.

Quando se trata de defender o bem comum e os superiores interesses do Paraná, não conhecemos adversários, nem antagonistas. Outra não poderia ser a postura de um governo democrático e popular como o nosso.

Nesse sentido, atendemos indistintamente a Municípios comandados pelo partido situacionista como àqueles em mãos da Oposição, oferecendo-lhes não apenas o apoio financeiro já referido, mas também o apoio político por ocasião da mobilização municipalista pró-Reforma Tributária, de que o Paraná por suas entidades e representantes, foi um autêntico líder.

Da mesma forma, tenho sido permanente portador dos legítimos anseios e reivindicações do Paraná junto à União.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Iniciamos o ano de 1984 presenciando o agravamento da crise econômica e seus profundos desdobramentos no campo social.

A recessão, agora em seu quarto ano consecutivo, continua sendo o pano de fundo da vida nacional.

Entretanto, não devemos nos deixar abater. É na adversidade que se retempera o espírito. É nas dificuldades que os homens mais são chamados a exercer a sua capacidade criadora.

Esse é o lado útil das crises: elas fortalecem nosso instinto de coesão, nosso sentimento de solidariedade e nossa disposição para o trabalho.

É difícil prever com segurança em que prazo o País superará a aflição situação econômica em que se encontra.

Importante mesmo, agora, é termos consciência, cada vez mais clara, de que sem a democratização do poder e a participação da comunidade não encontraremos soluções efetivas e duradouras que assegurem a retomada do desenvolvimento e o reencontro do Brasil com o seu destino de Nação rica e soberana.

Todos os brasileiros responsáveis são convocados para a obra gigantesca da recuperação política e econômica do País. A ninguém é lícito furtar-se a esse chamamento, e os brasileiros do Paraná saberão corresponder a ele.

Desfrutamos, talvez mais do que qualquer outro Estado, de excepcionais condições para oferecer importante contribuição ao País, nesta quadra difícil de nossa História.

São alentadoras as perspectivas do Paraná neste ano.

Temos uma terra generosa e um povo trabalhador, capazes de assegurar, com as bênçãos de Deus, um futuro melhor. Temos uma imprensa livre e responsável. Temos um Poder Legislativo soberano e independente. Temos um Judiciário que, com autoridade e equilíbrio, garante a paz e a tranquilidade dos cidadãos.

Não nos faltam inspiração e energia para realizar um governo à altura da grandeza e das tradições deste querido Estado do Paraná”.

Curitiba, 1.º de março de 1984.

JOSÉ RICHIA — Governador do Paraná

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Da mesma comissão anteriormente designada, solicito que acompanhe Sua Excelência o Sr. José Richia, Digníssimo Governador do Estado, durante sua permanência no “Palácio XIX de Dezembro”.

Esta Presidência quer convocar os Srs. Parlamentares para a Sessão Ordinária, segunda-feira, dia 12, à hora regimental.

Antes do encerramento, a Mesa da Assembléia Legislativa deseja consignar sua gratidão às autoridades e demais pessoas aqui presentes, pelo seu comparecimento, que tanto abrilhantou esta solenidade, e de modo especial a presença, mais uma vez, neste Poder, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o “HINO DO PARANÁ”, após o que, estará encerrada a sessão.